

Especialistas defendem aperto explícito

Se não for assim, advertem, decisão do governo não terá efeito sobre expectativas

PATRÍCIA CAMPOS MELLO

Para combater a inflação, aperto fiscal escondido não vai adiantar. A elevação do superávit primário não será uma arma tão eficiente se não for anunciada em alto e bom som, alertam economistas. Mais do que desacelerar a atividade, o corte dos gastos do governo tem um efeito muito rápido sobre as expectativas.

Segundo analistas, a elevação do superávit ajudaria a reduzir o risco Brasil, que, por sua vez, abriria espaço para juros reais mais baixos. Mas

só se for anunciado.

“Aperto fiscal envergonhado é o caminho mais difícil porque não tem efeito sobre as expectativas”, diz Mário Mesquita, economista-chefe do Banco ABN Amro. “Os integrantes do governo precisam chegar a um acordo e anunciar explicitamente o aumento do superávit.”

A via fiscal acabou surgindo como opção menos dolorosa a um novo aperto monetário para combater a inflação. Em vez de continuar elevando a taxa básica de juros, o governo poderia aumentar o superávit primário.

O corte dos gastos do governo reduz a demanda por bens e serviços e, portanto, diminui a atividade econômica, reprimindo a inflação. Mas esse resultado não é imediato. O resultado sobre as expectativas é

mais rápido. Com a elevação do superávit primário devidamente anunciada, o governo teria uma política mais eficiente. “Aí, sim, será possível ter uma alta menor dos juros”, diz.

A desvantagem da alta dos juros é que ela age diretamente sobre o custo do capital – atinge em cheio o setor produtivo. Além do efeito sobre o custo da dívida pública: toda vez que o BC eleva a Selic, a dívida pública (atrelada em grande parte à Selic), aumenta no mínimo R\$ 1 bilhão.

Mas a política fiscal não é tão ágil nem tão precisa quanto a elevação dos juros. “Não é uma coisa que substitui a políti-

ca monetária, não tem a mesma velocidade”, diz Guilherme da Nóbrega, economista-chefe da Itaú Corretora. “Precisa de acordo político, mudança de legislação, votação.”

Essa política também tem

um grave efeito colateral: a redução dos investimentos públicos. Como a maioria das despesas do governo é vinculada a gastos como saúde e educação, acaba-se cortando inves-

timentos extremamente necessários para eliminar gargalos de infra-estrutura, que ameçam setores da economia como o exportador, o principal motor do crescimento atual.

POLÍTICA
FISCAL TEM
MENOS
AGILIDADE